

QUOTAS RACIAIS PARA QUÊ(M)?

População, gênero e identidade.

Beatriz Koefender¹
Walter Roberto Marschner²

RESUMO

Ao refletir, discutir sobre quotas raciais nas Universidades brasileiras e mais recentemente para concursos públicos, obrigatoriamente há que se remeter ao processo histórico da formação da população brasileira. As pessoas excluídas da política da propriedade privada, políticas públicas, majoritariamente foram e são da cor negra e/ou parda, colocando-as em uma situação vulnerável ao passar dos séculos, esta história de sofrimento e necessidades acumuladas fez destas pessoas, brasileiros mais pobres e com maior dificuldade e ascensão econômico/social. Mesmo sendo a população negra e parda, somadas, praticamente a metade da população brasileira conforme o censo demográfico do IBGE de 2010, o cenário muda drasticamente quando se analisa o total de pessoas com ensino superior completo. Espera-se com o decorrer dos anos que os sistemas de quotas resultem cada vez mais na diminuição da diferença entre brancos e negros com ensino superior completo e conseqüentemente uma maior inserção ao mercado de trabalho qualificado, e por fim diminuir a diferença das condições econômicas entre brancos e negros da atualidade.

Palavras-chave: Multiculturalismo; políticas públicas; quotas raciais.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um documentário assistido: “Raça Humana”, leituras de textos direcionadas principalmente sobre as questões de multiculturalismo e políticas públicas baseadas nas obras de Charles Taylor e discussões a partir dos mesmos, ofertadas pela disciplina “Território, Diversidade e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, ministrada pelo Professor Walter R. Marschner.

Ao refletir, discutir sobre quotas raciais nas Universidades brasileiras e mais recentemente para concursos públicos, obrigatoriamente há que se remeter ao processo histórico da formação da população brasileira. É de notório saber que o processo de colonização favoreceu e ainda favorece o sistema fundiário das terras do Brasil, além disto, a propriedade privada foi historicamente doada a pessoas ligadas ao governo e assim iniciou-se um ciclo de “favores” que ainda nos dias de hoje é

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon – PR. Licenciada em Geografia.

E-mail: beatriz.koefender@gmail.com

² Professor Doutor da Universidade Federal da Grande Dourados –UFGD; Faculdade Intercultural Indígena – FAIND, Dourados - MS

facilmente identificado entre os proprietários de latifúndios e políticos (quando não, são as mesmas pessoas).

No âmbito da sociedade escravocrata os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dádivas. A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravatura, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias. (SALES, T. 1994, p. 01)

As pessoas excluídas da política da propriedade privada, majoritariamente foram e são da cor negra e/ou parda, colocando-as em uma situação vulnerável ao passar dos séculos, esta história de sofrimento e necessidades acumuladas fez destas pessoas, brasileiros mais pobres e com maior dificuldade e ascensão econômico/social.

Conforme relata Teresa Sales (1994, p. 06): “Quando, na passagem do século, aboliu-se a escravidão e implantou-se a República em nosso país, o domínio do liberalismo enquanto doutrina em pouco ou nada contribuiu para a instauração dos direitos elementares de cidadania”. Sendo assim, pode-se inferir que a população negra e parda pouco ou nada tiveram seus direitos básicos atendidos em toda a história do Brasil.

DISCUSSÃO

Na disciplina de território, diversidade e educação, iniciamos os debates sobre o reconhecer-se como um ser social, compreender a identidade individual e social no mundo contemporâneo, no qual as culturas se misturam rapidamente com o efeito da globalização e claramente ocorre a dominação de uma cultura sobre a outra.

Em poucas palavras, a questão do juízo ético e cultural, central aos processos de formação do sujeito e de objetificação do saber social, é desafiada no seu cerne “cognitivistista”. Habermas a caracteriza como uma forma de auto compreensão ocidental que encena um reducionismo cognitivo na relação do ser humano com o mundo social. (BHABHA, H. K, 1998. p.330)

Partiu-se então para estudos de diversos grupos, este especificamente a respeito dos negros. No documentário “Raças Humanas” são relatadas as vivências de estudantes na Universidade Federal de Brasília – UnB, que desde 2004, destina 20% das vagas para estudantes quotistas negros. Fica evidente a conscientização histórica brasileira que os estudantes negros têm, em relação ao déficit que ainda hoje encontramos nas universidades brasileiras, por outro lado alunos contrários a esta ação afirmativa de quotas, baseiam seus argumentos pura e simplesmente pelo mérito das notas do vestibular não percebendo que:

[...] há contextos geográficos onde a convivência de culturas e de tradições diferentes carrega consigo um passado cheio de história, mas também de conflitos, de mal entendidos, de dor e de morte, que ainda pedem um longo percurso de reflexão, de procura atenta da verdade a caminho da reconciliação [...] (RAGUSO, 2005. p.01).

Podemos fazer um paralelo com as questões levantadas por Taylor em relação ao multiculturalismo e a predominância da cultura ocidental e do consumismo do mundo globalizado, quando culturas minoritárias passam a se identificar e buscar por políticas públicas que reparem as desigualdades que persistem nas sociedades pós-modernas.

A importância do reconhecimento é, agora, universalmente admitida, de uma forma ou de outra: no plano íntimo, estamos todos conscientes de como a identidade pode ser formada ou deformada no decurso da nossa relação com os outros-importantes; no plano social, temos uma política permanente de reconhecimento igualitário. Ambos os planos sofreram a influência do ideal de autenticidade, à medida que este foi amadurecendo, o reconhecimento joga um papel essencial na cultura que surgiu à volta desse ideal. (TAYLOR, p. 56)

Durante muito tempo, desde a abolição da escravatura, os negros brasileiros passaram por diversos processos de conscientização e de reconhecimento de si mesmos, e, a partir de então começaram a se organizar e a reivindicar o reconhecimento de seus direitos e poderem de fato ser cidadão.

Este reconhecimento teve maior impacto quando os negros passaram a frequentar as universidades, ambiente até então “exclusivo” de uma parte da sociedade com melhores condições financeiras e predominantemente da cor branca. Refletindo sobre o conteúdo do documentário, percebe-se o desconforto de parte da sociedade acadêmica em ter que conviver com pessoas diferentes ao que estavam acostumadas.

Na verdade, o multiculturalismo é um desafio que nos interpela em profundidade porque põe uma pergunta decidida e urgente sobre a nossa própria identidade e sobre a identidade do outro; e o encontro com o outro, com toda a sua irredutível alteridade, em toda a sua verdade e complexidade, nunca é simples, automático, garantido. É um encontro que produz defesas e resistências de que talvez não tínhamos suspeitado; requer a paciência de procurar um terreno comum de encontro e de diálogo, ultrapassando a tentação das conclusões fáceis ou das categorizações preconceituosas e rígidas. (RAGUSO, p. 02)

Também fica evidente no documentário a estratégia de desqualificar a luta dos negros para uma maior inserção no meio universitário e que, por consequência serve como um laboratório prático da sociedade em que vivemos. Argumentos como segregação racial e de que a inteligência do ser humano não está correlacionada ao físiotipo das pessoas, permeiam entre professores da UnB e, de acordo com a discussão de Taylor, reforça a dificuldade em dialogar questões culturais na pós-modernidade.

[...] que a sua prospectiva hermenêutica tem força para abrir e sustentar a procura de novas categorias filosóficas e de novas linguagens, que os novos cenários sociais e políticos que se abrem perante os nossos olhos e à nossa experiência nos nossos dias exigem. Uma procura cada vez mais necessária se não queremos resignar-nos à luta pelo reconhecimento, mas acreditamos que o seu desafio pode transformar-se numa cultura de paz, de diálogo e de autêntica valorização das diferenças. (RAGUSO, 184)

Em meio a esta contextualização há uma questão muito debatida, sobre subestimar a inteligência de um indivíduo pela cor de sua pele, contudo isto seria uma saída muito fácil e simples para a configuração de nossa sociedade e certamente continuaríamos ver as universidades predominantemente com a cor da pele branca, fazendo com que a cultura minoritária seja submetida à cultura da globalização.

Sabe-se que um dos principais fatores que estimulam uma criança a seguir seus estudos, e por consequência o jovem segui-lo também, é a escolaridades dos pais, pois muito bem, se temos este problema em uma ponta, visto que historicamente e estatisticamente os negros pobres avançam pouco em sua escolaridade, como fazer com que seus filhos avancem mais que seus pais? De um lado terá que se melhorar a educação básica e encontrar maneiras de diminuir o preconceito, de outro tem que estimular os adultos a seguirem de alguma forma seus estudos, o sistema de quotas em universidades bem ou mal é uma medida que está funcionando.

Recentemente políticas públicas estão sendo postas em prática para de alguma forma reparar as injustiças seculares feitas aos povos negros, principalmente na educação, algumas delas ainda com resultados subjetivos e à longo prazo como a Lei 10.639 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determinou, dentre outros artigos o artigo 26 – “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” Espera-se com esta lei que o preconceito racial diminua gradativamente e que o povo brasileiro reconheça as contribuições dos povos africanos para a formação da população brasileira e de nossa cultura.

Outra medida importante com resultados mais rápidos, porém ainda tímida, foi a implementação de quotas raciais em universidades públicas, há 10 anos iniciada pela UnB, que converge com a ideia de Taylor:

O multiculturalismo e a política do reconhecimento (1993) parte na defesa do contexto multicultural, associado à necessidade de uma política legítima de reconhecimento público das diferenças, por parte das instituições públicas, justificando desta forma a defesa da sobrevivência das comunidades culturais presentes nas sociedades multiculturais por estarem vinculadas à formação das identidades humanas, bem como à concessão de direitos especiais aos grupos culturais específicos (SILVA, L. T. 2006, p. 314).

O reconhecer-se parte de um determinado grupo não é algo simples, a identidade cultural e também racial perpassa pelo preconceito e resgates culturais, e afirmar-se negro, por exemplo, nem sempre é a opção de um negro ou pardo, pois o racismo sofrido por estas pessoas faz com que muitas vezes elas se calam diante de determinadas situações. Conforme o exemplo norte-americano e que certamente ocorre em poutros países liberais democráticos:

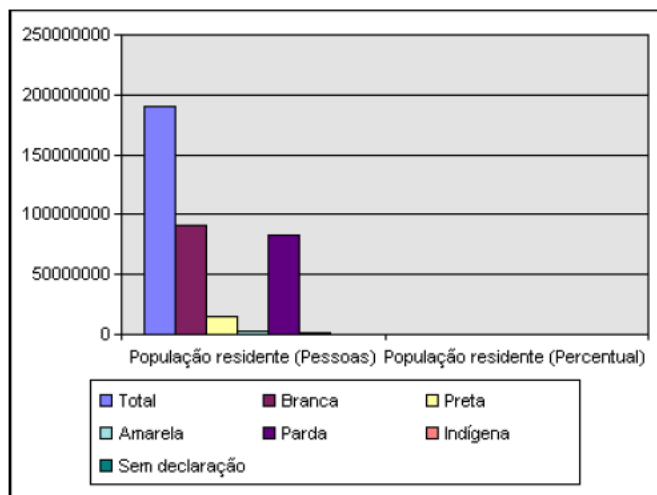
Portanto, raça é um fator muito importante. Ao mesmo tempo, a divisão de classes entre os negros tem criado condições de vida fundamentalmente tão distintas que se tem gerado uma hostilidade cada vez maior entre os negros de baixa renda contra os irmãos que os abandonaram. A maioria dos negros de classe média se esforça para se afastar não só da realidade do gueto mas também do estigma lançado sobre eles por causa da cor da sua pele a partir do projeto decadente do gueto. Eles conseguem esse afastamento principalmente ao isolarem os filhos das comunidades negras de baixa renda (mudando-se para os subúrbios, isto é, áreas mais abastadas, integrando-se a colégios particulares onde predominam brancos), ao mesmo tempo reinventando uma identidade de afro-americano que revive os temas do passado, africano ou norte-americano, e se cala diante do peso do presente. (CASTELLS, 2002. p. 75)

Entretanto, alguns grupos reforçam a importância de resgate de identidade e sentir-se parte de determinado grupo como uma força para lutas em busca de direitos.

O ingresso em uma universidade está diretamente relacionado às condições de vida de um indivíduo, no Brasil, onde a porta de entrada passa por provas de conhecimentos gerais da grade curricular da educação básica, verificamos o reflexo da exclusão social histórica dos negros e pardos, visto que estes são minoria nas universidades brasileiras.

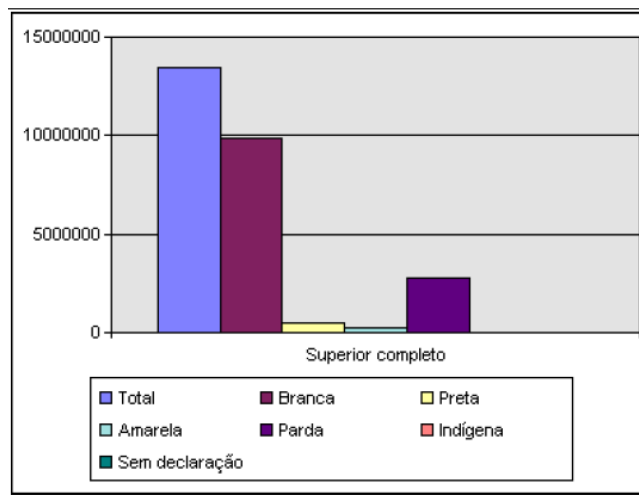
Mesmo sendo a população negra e parda, somadas, praticamente a metade da população brasileira conforme o censo demográfico do IBGE de 2010 (Fig. 01), o cenário muda drasticamente quando se analisa o total de pessoas com ensino superior completo (Fig. 02)

Figura 01 – População total por cor ou raça.



Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Figura 02 – População com ensino superior completo por cor ou raça.



Fonte: IBGE. Censo, 2010.

Conforme mostra os gráficos em torno de 50% da população brasileira se autodenomina branca e os outros 50% é a soma de pardos, pretos, indígenas, amarelos e os que não declararam sua raça/cor. Já a população com ensino superior completo, praticamente 73% é branca, contra um total de 26% entre todas as outras raça/cor (21% parda; 4% preta; 2% amarela e 0,2% indígenas).

Analisando o processo histórico da formação da população brasileira e a deficiência no sistema educacional somados ao preconceito racial que persiste na sociedade, inegavelmente as políticas públicas de quotas raciais não podem ser confundidas com incapacidade intelectual, e sim, pura e simplesmente uma dívida secular que o Estado Brasileiro tem para com estas pessoas trabalhadoras e dignas de ter sua cidadania reconhecida e a ser gozada por gerações presentes e futuras, a qual seus antecedentes não puderam desfrutar e nem ao menos recusar se a caso tivessem tido esta escolha.

No decorrer do ano de 2014, no Brasil, presenciamos nos noticiários diversos episódios de racismo quase que exclusivamente às pessoas de cor negra, e se não bastasse isto, com o advento das redes sociais verificou-se claramente o preconceito e o ódio lamentavelmente impregnado em nossa sociedade. Estes eventos fizeram o Brasil “enxergar” que o racismo está escancarado e que são necessárias medidas cada vez mais eficientes para combater este tipo de preconceito, sem sobra de dúvidas a educação é uma das principais soluções, além das leis que devem ser cumpridas.

Lamentavelmente o preconceito racial está presente em outras sociedades, como descrita na América do Norte por Homi K. Bhabha:

[...] Apesar de sua localização muito específica – um martinicano submetido ao olhar racista em uma esquina de Lyon – reivindico uma generalidade para o argumento de Fanon porque ele não fala simplesmente da historicidade do homem

negro, mas antes escreve em “O Fato da Negrura”, sobre a temporalidade da modernidade dentro da qual a figura do “humano” vem a ser autorizada. É a temporalidade da emergência de Fanon – sua percepção do caráter tardio do homem negro – que não apenas torna a questão da ontologia inadequada à identidade negra, mas de certa forma impossível para a própria compreensão da humanidade no mundo da modernidade: Você chegou muito tarde, tarde demais; haverá sempre um mundo – um mundo branco – entre vocês e nós. É a oposição à ontologia daquele mundo branco – a suas formas presumidamente hierárquicas de racionalidade e universalidade – que Fanon se volta em uma atuação que é interativa e interrogativa – uma repetição que é iniciatória, instalando uma história diferencial que não retornará ao poder do Mesmo [...] (BHABHA, H. K, 1998. p.327)

Espera-se que com o passar do tempo estas medidas resultem cada vez mais na diminuição da diferença entre brancos e negros com ensino superior completo e conseqüentemente uma maior inserção ao mercado de trabalho qualificado e mais valorizado e por fim diminuir a diferença das condições econômicas entre brancos e negros da atualidade. Esta experiência das universidades é exatamente o que propõem Taylor conforme a conclusão a seguir:

A proposta de Charles Taylor ressalta a importância fundamental da defesa do reconhecimento público da diferença ser regulada pelas instituições públicas, bem como conjugada com a afirmação de direitos fundamentais e direitos coletivos, para proteção dos grupos culturais. A necessidade do reconhecimento destes contextos culturais se dá em virtude de possibilitarem em seus espaços a formação das identidades individuais e grupais mediante processos dialógicos, apresentando as culturas valores por elas mesmas. Neste sentido, sua proposta trata de defender uma política de reconhecimento pautada no valor da diferença e na sua importância para constituição das identidades pessoais e grupais, além de fomentar uma idéia de igualdade que busca tratar desigualmente os desiguais em busca de uma igualdade substancial. Com isso, o autor rechaça a idéia de cidadania liberal tradicional consubstanciada somente na igualdade formal e abstrata entre os indivíduos e assume uma noção de cidadania que engloba as diferenças e é formada por direitos específicos (SILVA. 2006, p.319-320).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do homem negro na sociedade pós-moderna será, todavia, lenta e contínua e dependerá da identidade reconhecida e políticas públicas que venham a colaborar com a diminuição e exclusão do preconceito, assim como, a inserção na educação e mercado de trabalho qualificado.

Aceitar esta perspectiva significaria que vemos o “racismo” não apenas como um remanescente de concepções arcaicas da aristocracia, mas também como parte das tradições históricas do humanismo cívico e liberal que criam matrizes ideológicas de aspiração nacional, em conjunto com seus conceitos de “um povo” e sua comunidade imaginada. (BHABHA, H. K, 1998. p.345)

Na conjuntura nacional, os episódios de racismo vistos em 2014, e os resultados das eleições deste mesmo ano nos alerta para um futuro-presente complexo em relação às políticas públicas e principalmente em relação às ações afirmativas, pode-se inferir que serão tempos difíceis para os grupos minoritários e que será necessário cada vez mais consolidar o que já foi feito. Portanto as políticas afirmativas de quotas raciais é para o negro e para resgatar este povo de sua trajetória de sofrimento, exclusão, preconceito e negação a cidadania.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. **O ano em que o Brasil passou a enxergar o racismo**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/02/2014-2013-o-ano-em-que-o-brasil-passou-a-enxergar-o-racismo>. Acesso em: out. /2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. V.II, 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBGE Censo Demográfico.

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl2.asp?c=3540&z=cd&o=16&i=P>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl2.asp?c=3145&z=cd&o=6&i=P>

QUEIROZ, Dulce. Documentário: **Raça Humana**. TV Câmara, 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=y_dbLLBPXLo>. Acesso em: mar./2014.

RAGUSO, Fabrizia. **O desafio do multiculturalismo**: Entre a identidade e o reconhecimento. Uma leitura a partir de Charles Taylor. Dissertação de Doutorado em Ética, apresentada ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho – Departamento de Filosofia e Cultura. Universidade do Minho. Braga, 2005.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade na cultura política brasileira. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm> Acesso em jul./2014.

SILVA, Larissa Tenfen. O Multiculturalismo e a política de reconhecimento de Charles Taylor. *In: Estudos Jurídicos*. Vol. 11 - n. 2 - p. 313-322 / jul-dez 2006. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/440/382>> Acesso em: mar./2014.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Examinando a Política do reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.